



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05/02/2013		Proposição: MP 599/2012		
Autor: Deputada Cida Borghetti- PP / PR				Nº Prontuário:
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

TEXTO

Modifique-se artigo 8º da Medida Provisória nº 599, de 2012, para alterar seus §§ 3º e 4º bem como para excluir seu § 5º, conferindo-lhe a seguinte redação:

"Art. 8º.....

§ 3º A compensação de que trata esta Medida Provisória fica condicionada à observância, pela Resolução a que se refere o inciso III do caput, às seguintes condições:

- I - nas operações e prestações interestaduais, a alíquota deverá ser de:
- a) onze por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014;
 - b) dez por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015;
 - c) nove por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016;
 - d) oito por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017;
 - e) sete por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018;
 - f) seis por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019;
 - g) cinco por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020;
 - h) quatro por cento, a partir de 01 de janeiro de 2021.

II - nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, a alíquota deverá ser de:

- a) seis por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014;
- b) cinco por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015;
- c) quatro por cento, a partir de 01 de janeiro de 2016.

III - nas operações interestaduais promovidas por estabelecimento industrial localizado na Zona Franca de Manaus, relativamente aos bens e mercadorias por ele produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei no. 288, de 28 de fevereiro de 1967, e as Leis nos. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e 11.484, de 31 de maio de 2007, bem como nas operações interestaduais com gás natural, a alíquota deverá ser de:

- a) onze por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014;

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 05/02/2013 às 17:46
Gigliola Ansiliero, Mat. 257129

- b) dez por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015;
- c) nove por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016;
- d) oito por cento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017;
- e) sete por cento, a partir de 01 de janeiro de 2018.

§ 4º O disposto no § 3º não se aplica às operações e prestações sujeitas a alíquotas fixadas em até quatro por cento por Resoluções do Senado Federal." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O núcleo do conjunto de alterações posto em marcha com o objetivo de promover a reforma tributária é a adoção, no momento oportuno, de novas alíquotas interestaduais do ICMS a serem fixadas pelo Senado. A implantação da tão esperada medida, reclamada pelos estudiosos das nossas relações federativas como a única forma segura de afastar do nosso convívio a perturbadora guerra fiscal, deve guardar coerência com o propósito que a inspirou, qual seja, a de em prazo razoável colocar em vigor uma estrutura de alíquotas interestaduais gradativa e proporcionalmente reduzidas, iguais ao final da trajetória de redução, de tal forma que a concessão unilateral de benefícios fiscais seja inócua para efeito de impacto na livre concorrência, que sempre deve estar presente nos mercados de bens e serviços.

A presente proposta de alteração da Medida Provisória no. 599, de 27 de dezembro de 2012, visa, assim, a modificar a trajetória de redução e o perfil final das alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais. Adicionalmente, preserva tratamento diferenciado às operações e prestações interestaduais com gás natural e as originadas na Zona Franca de Manaus. Por outro lado, não é necessária a alteração da alíquota de 4% já estabelecida nas Resoluções nº 95, de 13 de dezembro de 1996 (transporte aéreo) e nº13, de 25 de abril de 2012 (mercadorias importadas).

A prestação de auxílio financeiro para compensar as perdas, nos termos definidos na Medida Provisória, será suficiente para impedir prejuízos aos Estados, tornando possível maior rapidez na redução das alíquotas e sua uniformização para todas as operações, prestações e mercadorias.

Assinatura

